

Carta da indignação

Nós, movimentos sociais, organizações, pesquisadores/as/xs e ativistas, que atuam para manter a floresta em pé, pela preservação dos conhecimentos ancestrais, pelo combate à pobreza menstrual, pela soberania alimentar, pelo desencarceramento, pela educação pública, pelas reservas extrativistas, pela luta das mulheres, do povo negro e indígena, comunidade LGBTQIAPN+, por meio dessa carta, tomados por imensa indignação, sintetizamos, reivindicamos e exigimos:

- Fortalecimento das políticas de educação, saúde e meio-ambiente para a luta antirracista, feminista, ambiental, anticapacitista, decolonial, prisional, do campo e, sobretudo, com respeito, protagonismo e reconhecimento das culturas em seus territórios; com investimento e qualificação local de docentes, técnicos e demais sujeitos e profissionais envolvidos;
- Criação e fortalecimento de políticas de saúde específicas para a população trans, travesti e criação e fortalecimento de políticas de saúde específicas para mulheres lésbicas e bissexuais;
- Reconhecimento e protagonismo para a educação contextualizada conforme as especificidades dos povos indígenas, amazônidas, do campo, quilombola, ribeirinhos e periféricos, nas políticas educacionais do MEC;
- Promoção e ampliação da decolonização da educação contemplando a pedagogia da floresta, da alternância, garantindo autonomia, gestão democrática em perspectiva integral dos PPPs e dos currículos com qualidade social;
- Políticas de incentivo à produção de pesquisa aplicada por meio da CAPES, CNPq e FAPEAM e outras instituições que atuem no protagonismo dos povos da Amazônia para enfrentamento às violências sofridas por crianças, adolescentes e mulheres amazônidas.
- Acerca desse tema, reivindicamos e demandamos ao MEC:



- criação de GT intersetorial coordenado pelo Ministério da Educação para o enfrentamento dessa causa;
 - às agências e ao MEC: campanha de comunicação por meio da SECOM e SEMCOM; proposição de pesquisas e ações extensionistas em rede, com financiamento público, elaboradas e realizadas junto a populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas;
 - à ANPEd: número especial da Revista Brasileira de Educação (RBE); sessão especial na próxima reunião da ANPEd dedicada ao tema;
- Combate à violência policial, contra o encarceramento de mulheres e da juventude periférica, negra, indígena e descendente de indígenas; pelo fortalecimento e transparência da educação prisional no Amazonas;
- Atuação no combate ao abuso e exploração sexual de crianças e mulheres amazônidas;
- Reconhecimento de que a distância geográfica é usada como falso pretexto para falta de atendimento à demanda dessas populações; nesse sentido, exigimos maiores investimentos em logística de deslocamento e tecnologias aos povos das águas;
- Criação e/ou fortalecimento de políticas de permanência no ensino superior de pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- Apoio às ações voltadas à educação do campo e indígena (oferta da educação laica e formação de professores/as);
- Criação, fortalecimento e/ou aprimoramento de ações de combate a LGBTfobia, ao racismo, ao capacitismo, à intolerância religiosa, ao genocídio da juventude negra e indígena e à violação de direitos de crianças indígenas, ribeirinhas e mulheres;
- Criação e/ou fortalecimento de políticas de acesso e permanência à/na terra por populações quilombolas, indígenas e do campo;



- a revogação da resolução 02/2019 e da lei do novo ensino médio;
- ampliação dos investimentos na educação pública com destaque para a valorização dos profissionais da educação;
- apoio à luta contra a nucleação/fechamento de escolas no campo;
- fortalecimento de mecanismos de defesa da Amazônia;
- Por fim, saudamos o veto do presidente Lula ao Marco Temporal.

Participantes da oficina da UPMS (Universidade Popular dos Movimentos Sociais), realizada em parceria com ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) na Área de Proteção Ambiental e Centro de Treinamento Agroflorestal Tera Kuno.

Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS)

20 de outubro de 2023

Amazônia

- ❖ **Clarice Tukano/AMARN - Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro em Manaus**
- ❖ **Coletivo de Familiares e Amigas de Pessoas Presas no Amazonas**
- ❖ **Frente pelo Desencarceramento do Amazonas**
- ❖ **João Marcos Veiga de Oliveira - ANPEd**
- ❖ **Fernanda Pimenta - Projeto menstRUA**
- ❖ **Maria Luiza Sussekind - UNIRIO/Vice-presidente Sudeste da ANPEd**
- ❖ **Carla Liane Nascimento dos Santos- UNEB/ ANPEd**
- ❖ **Edineide Jezine - Universidade Federal da Paraíba / Anped/ Gt 11 Políticas de Educação Superior.**



- ❖ Marina Rodrigues Miranda - Universidade Federal do Espírito Santo - GT 21- Educação das Relações Étnico Raciais.
- ❖ Marcos Railson Moda Nunes - Instituto Ganga Zumba.
- ❖ Álida Angélica Alves Leal - UFMG/ ANPED GT 03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos.
- ❖ Romilson Barbosa Mota. CNS. Resex do baixo rio branco rio jauaperi, comunidade do samaúma
- ❖ Fábio Merladet - Universidade Popular dos Movimentos Sociais
- ❖ Maya Alvarenga de Freitas - Assotra
- ❖ Eliane Soares - Casa do Rio - porção norte da BR319 - Careiro Castanho
- ❖ Renata Vilar de Almeida, Associação Tera Kuno.
- ❖ Nora Hauswirth, Associação Tera Kuno.
- ❖ Denize Nascimento CNS resex baixo rio branco rio jauaperi
- ❖ Eglê Betânia Portela Wanzeler - LEPETE/UEA
- ❖ Álida Angélica Alves Leal
- ❖ Camila Cyrino
- ❖ Carla Liane Nascimento dos Santos
- ❖ Clarice Gama da Silva Arbella
- ❖ Denize Ferreira Nascimento
- ❖ Edineide Jezine
- ❖ Eglê Wanzeler
- ❖ Elayne messias passos
- ❖ Eliane Débora Leite Soares
- ❖ Fábio Merladet
- ❖ Fernanda Pimenta
- ❖ Jennifer Rafaela Bombonatti
- ❖ Joao Marcos Veiga



- ❖ M Luiza Sussekind
- ❖ Marcio Caetano
- ❖ Marcos Railson Moda Nunes
- ❖ Marina Rodrigues Miranda
- ❖ Maya Alvarenga de Freitas
- ❖ Nora Hauswirth
- ❖ Renata Vilar de Almeida
- ❖ Romilson Barbosa Mota
- ❖ Victoria Katarina Cardoso Lima

